O GOLPE: O INÍCIO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

ADELMA DOMICIANO MOREIRA DE SOUZA

RESUMO:
A Ditadura Militar é o como chamamos o período em que os governos militares estiveram à frente do Brasil, entre 1964 e 1985. O período da Ditadura Militar foi um dos mais tensos da história brasileira e ficou marcado pela falta de liberdade, pelo uso de tortura contra os opositores políticos e pela prática de terrorismo de Estado. A Ditadura Militar foi iniciada por um golpe civil-militar realizado em 1964, contra o então presidente João Goulart. Os militares passaram a impor um regime autoritário que era sustentado por atos institucionais. Ao longo dos 21 anos de ditadura, o Brasil teve cinco "presidentes-generais". O saldo da ditadura foi de 434 entre mortos e desaparecidos, além da morte de milhares de indígenas. O golpe de 1964 foi o evento que promoveu a instauração da Ditadura Militar no Brasil. Esse golpe foi iniciado em 31 de março de 1964, quando militares instalados em Juiz de Fora rebelaram-se contra o governo, e foi concluído em 2 de abril, quando os parlamentares brasileiros ratificaram a destituição de João Goulart. O golpe, portanto, foi iniciado pelos militares, mas também contou com apoio político e civil.

PALAVRAS-CHAVE: política, golpe, militar.

INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira foi o regime instaurado no Brasil em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, a ditadura teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. O regime acabou quando José Sarney assumiu a presidência, o que deu início ao período conhecido como Nova República (ou Sexta República).

Apesar das promessas iniciais de uma intervenção breve, a ditadura militar durou 21 anos. Além disso, a ditadura foi se intensificando por meio da publicação de diversos Atos Institucionais, culminando com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) de 1968, que vigorou por dez anos. A Constituição de 1946 foi substituída pela Constituição de 1967 e, ao mesmo tempo, o Congresso Nacional foi dissolvido, liberdades civis foram suprimidas e foi criado um código de processo penal militar que permitia que o Exército brasileiro e a Polícia Militar pudessem prender e encarcerar pessoas consideradas suspeitas, além de impossibilitar qualquer revisão judicial.

O regime adotou uma diretriz nacionalista, desenvolvimentista e anticomunista. A ditadura atingiu o auge de sua popularidade na década de 1970, com o "milagre econômico", no mesmo momento em que o regime censurava todos os meios de comunicação do país e torturava e exilava dissidentes. Na década de 1980, assim como outros regimes militares latino-americanos, a ditadura brasileira entrou em decadência quando o governo não conseguiu mais estimular a economia, controlar a hiperinflação crônica e os níveis crescentes de concentração de renda e pobreza provenientes de seu projeto econômico, o que deu impulso ao movimento pró-democracia.

O governo aprovou uma Lei de Anistia para os crimes políticos cometidos pelo e contra o regime, as restrições às liberdades civis foram relaxadas e, então, eleições presidenciais indiretas foram realizadas em 1984, com candidatos civis e militares.

O regime militar brasileiro inspirou o modelo de outras ditaduras por toda a América Latina, através da sistematização da "Doutrina de Segurança Nacional", a qual justificava ações militares como forma de proteger o "interesse da segurança nacional" em tempos de crise.

Desde a aprovação da Constituição de 1988,

o Brasil voltou à normalidade institucional. Segundo a Carta, as Forças Armadas voltam ao seu papel institucional: a defesa do Estado, a garantia dos poderes constitucionais e (por iniciativa desses poderes) da lei e da ordem.

Apesar do combate aos opositores do regime ter sido marcado por torturas e assassinatos, as Forças Armadas sempre mantiveram um discurso negacionista. Só admitiram oficialmente a possibilidade de tortura e assassinatos em setembro de 2014, em resposta à Comissão Nacional da Verdade. No entanto, apesar das várias provas, os ofícios internos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, foram unissonos em afirmar que em suas investigações não encontraram evidências que "corroborassem ou negassem" a tese de que houve "desvio formal de finalidade no uso de instalações militares".

Em maio de 2018, o Departamento de Estado dos Estados Unidos divulgou um memorando de 11 de abril de 1974 que afirma que a cúpula da ditadura não apenas sabia, como também autorizava as torturas e assassinatos que foram cometidos contra opositores.

Estima-se que houve 434 mortos e desaparecidos políticos durante o regime além de um genocídio de povos nativos que matou mais de 8,3 mil indígenas brasileiros por negligência e por ações específicas visando ao massacre indígena.

A Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart.

O regime militar durou 21 anos (1964-1985), estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime.

O golpe militar de 31 de março de 1964 tinha como objetivo evitar o avanço das organizações populares do Governo de João Goulart, acusado de comunista.

O ponto de partida foi a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. O Congresso Nacional empossou temporariamente o presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli, pois o vice-presidente encontrava-se em viagem à China.

Enquanto João Goulart iniciava sua viagem de volta, os ministros militares expediram um veto à posse de Jango, pois sustentavam que ele defendia ideias de esquerda.

O impedimento violava a Constituição, e não foi aceito por vários seguimentos da nação, que passou a se mobilizar. Manifestações e greves se espalharam pelo país.

Diante da ameaça de guerra civil, foi feita no Congresso, composto por maioria oposicionista a Jango, a proposta de Emenda Constitucional nº 4, estabelecendo o regime parlamentarista no Brasil.

Dessa forma, Goulart seria presidente, mas com poderes limitados. Jango aceitou a redução de seus poderes, esperando recuperá-lo em momento oportuno.

O acordo com Jango previa ainda que em 1965, no fim de seu mandato, haveria um plebiscito para consultar a população sobre o retorno ou não ao presidencialismo.

O Congresso votou a favor da medida e Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961. Para ocupar o cargo de primeiro-ministro foi indicado o deputado Tancredo Neves.

O parlamentarismo durou até janeiro de 1963. Nesse ano, João Goulart conseguiu adiantar o plebiscito. A população brasileira decidiu assim pelo fim do parlamentarismo e o retorno ao presidencialismo.

Governo João Goulart em 1964, agora com mais poderes em suas mãos, Jango resolve lançar as "Reformas de Base" a fim de mudar o país. Assim, o presidente anunciou: desapropriações de terras; nacionalização das refinarias de petróleo; reforma eleitoral garantindo o voto para analfabetos; reforma universitária, entre outras.

A inflação chegou a atingir em 1963, o índice de 73,5%. O presidente exigia uma nova constituição que acabasse com as "estruturas arcaicas" da sociedade brasileira. Jango era apoiado por universitários que atuavam por meio de suas organizações e uma das principais era a União Nacional dos Estudantes (UNE). Igualmente, os comunistas de várias tendências, desenvolviam intenso trabalho de organização e mobilização popular, apesar de atuarem na ilegalidade.

Goulart era visto com insatisfação por ambos os lados: enquanto liberais e conserva-

dores o criticavam por afirmar ser ele um presidente que poderia trazer o comunismo para o Brasil, à esquerda, a visão era que ações importantes para atacar a desigualdade social do país, como a reforma agrária, aconteciam em um processo muito lento.
Diante do quadro de crescente agitação, os adversários do governo aceleraram a realização do golpe.
No dia 31 de março de 1964, o presidente João Goulart foi deposto pelos militares e Jango refugiou-se no Uruguai. Aqueles que tentaram resistir ao golpe sofreram dura repressão.
Para cobrir o vazio de poder, uma junta militar assumiu o controle do país. No dia 9 de abril foi decretado o Ato Institucional nº 1, dando poderes ao Congresso para eleger o novo presidente.
O escolhido foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido chefe do estado-maior do Exército. Isto era apenas o início da interferência militar na gestão política da sociedade brasileira.
A concentração de poder depois do golpe de 1964, o modelo político instaurado visava fortalecer o poder executivo. Dezessete atos institucionais foram impostos à sociedade brasileira.
Com o Ato Institucional nº 2, os antigos partidos políticos foram fechados e foi adotado o bipartidarismo. Desta forma surgiram: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando os opositores, mas cercado por estreitos limites de atuação.
O governo, através da criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), montou um forte sistema de controle que dificultava a resistência ao regime. Chefiado pelo general Golbery do Couto e Silva, este órgão investigou todos aqueles suspeitos de conspirar contra o regime, desde empresários até estudantes.
Em termos econômicos, os militares trataram de recuperar a credibilidade do país junto ao capital estrangeiro. Assim foram tomadas as seguintes medidas: contenção dos salários e dos direitos trabalhistas; aumento das tarifas dos serviços públicos; restrição ao crédito; corte das despesas do governo; diminuição da inflação, que estava em torno de 90% ao ano.
Entre os militares, porém, havia discordância. O grupo mais radical, conhecido como "linha dura", pressionava o grupo de Castelo Branco, para que não admitisse atitudes de insatisfação e afastasse os civis do núcleo de decisões políticas.
As divergências internas entre os militares influenciaram na escolha do novo general presidente.
Lista dos acontecimentos sucessivos do início da década de 60 até a deposição, pelos militares, do Presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964, tendo em vista que seria impossível fazer um corte temporal dos fatos apenas com a informação sobre a queda de João Goulart. A derrubada do Presidente João Goulart marca o início do Regime ou Ditadura Militar no Brasil, que se estende até a posse do Presidente José Sarney, em 15 de março de 1985.

PANORAMA DA DÉCADA DE 60 ANTES DO GOLPE DE 1964

1960

O Presidente Juscelino Kubitschek inaugura Brasília em 21 de abril de 1960 Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC), com apoio da União
Democrática Nacional (UDN), vende as eleições de 3 de outubro, derrotando o Marechal Teixeira Lott, candidato governista pelo Partido Social Democrático (PSD). No mesmo pleito, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da mesma chapa do Marechal Lott, é eleito Vice-Presidente (pelo sistema eleitoral então vigente, votava-se separadamente para presidente e vice).

1961

No dia 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros é o primeiro Presidente da República a tomar posse na nova capital. No Governo, Jânio Quadros adota uma política interna rigorosa e, ao mesmo tempo, em que inaugura uma política externa independente e aberta a relações com as nações em geral.
Em 13 de março, com vistas ao equilíbrio da balança de pagamentos, faz uma reforma cambial em que desvaloriza o cruzeiro e reduz os subsídios às importações. Também

investe contra os gastos excessivos com o funcionalismo público e, intervindo no plano da moral e dos costumes, proíbe as rinhas de galo e o uso de biquíni nos concursos de miss transmitidos pela televisão.

A aproximação de Jânio Quadros com os países do bloco socialista em plena Guerra Fria desperta a desconfiança de setores influentes que defendiam o alinhamento com os Estados Unidos.

A desconfiança vira crise política quando, em 18 de agosto, Jânio condecora Ernesto Che Guevara, ministro cubano, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta comenda brasileira. Rompido com a UDN, atacado na imprensa e no Congresso Nacional, e por Carlos Lacerda, então Governador da Guanabara, que o acusa de estar tramando um golpe de Estado, Jânio Quadros renuncia no dia 25 de agosto, menos de sete meses após ter tomado posse. Nesse mesmo dia, como o Vice-Presidente João Goulart estava em visita à China, o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assume o governo interinamente.

No dia seguinte, o impasse é solucionado com a aprovação pelo Congresso Nacional de emenda constitucional instituindo o regime parlamentarista e, consequentemente, reduzindo os poderes presidenciais. João Goulart toma posse na Presidência em 7 de setembro de 1961 e, para o cargo de Primeiro-Ministro, indica o Deputado Tancredo Neves, do PSD (Vide a séria Emenda Parlamentarista).

1962

A experiência parlamentarista, que duraria pouco mais de 14 meses, começa com Tancredo Neves sendo confirmado no cargo por 259 votos de um total de 288. Em 26 de junho de 1962, Tancredo Neves renuncia e o indicado para sucedê-lo é o ex-chanceler San Tiago Dantas (PTB), nome que o Congresso Nacional veta. Então, João Goulart aponta Auro de Moura Andrade (PSD), Presidente do Senado Federal, que tem seu nome aprovado em 3 de julho, mas que renuncia nesse mesmo dia ante a recusa de João Goulart em homologar o gabinete ministerial que ele propunha.

Em 10 de julho, o Congresso Nacional resolve o impasse da nomeação, aprovando por 215 votos contra 58 o nome de Brochado da Rocha (PSD), que na época era Secretário do Interior e de Justiça do Rio Grande do Sul.

À frente do Gabinete, Brochado da Rocha tenta em vão que o plebiscito destinado a decidir sobre a continuidade do parlamentarismo, previsto inicialmente para realizar-se em 1965, seja antecipado para 7 de outubro de 1962.

A derrota parlamentar leva-o a renunciar em 14 de setembro, um dia antes de se aprovar uma lei antecipando a consulta popular para 6 de janeiro de 1963. O terceiro e último a tornar-se Primeiro-Ministro é o Deputado Hermes Lima (PSB), que assume o cargo em 18 de setembro – depois, no final de novembro, seu nome seria confirmado por 164 votos contra 137. No plebiscito, 9,5 milhões de eleitores (82% do total) votam pelo retorno ao presidencialismo, decisão que passa a valer a partir de sua homologação pelo Congresso Nacional, no dia 23 de janeiro de 1963.

1963

Em plebiscito realizado em janeiro de 1963, o regime voltou a ser presidencialista, o Presidente João Goulart encaminha propostas de reformas agrária e urbana, que o Congresso Nacional rejeita, provocando forte reação por parte dos grupos de esquerda.

Em setembro, são os sargentos, suboficiais e cabos das Forças Armadas que se rebelam, reivindicando o direito de exercer mandato parlamentar nas três esferas de governo, o que contrariava a Constituição de 1946. No campo, invasões promovidas pelas Ligas Camponesas intensificam os conflitos pela posse da terra.

O GOLPE DE 1964

O Presidente João Goulart resolve promover uma série de grandes comícios a fim de mobilizar a população em favor das reformas de base. A cidade escolhida para o início da investida é o Rio de Janeiro, onde no dia 13 de março de 1964 é realizado o Comício das Reformas, a que comparecem cerca de 200 mil pessoas. Na ocasião, acompanhado de todo o ministério, deputados, autoridades e líderes sindicais, o Presidente João Goulart proclama a necessidade de mudar a Consti-

tuição e anuncia a adoção de medidas, como o tabelamento dos aluguéis, a nacionalização das refinarias de petróleo pertencentes ao capital privado e, o que seria o princípio da reforma agrária, a desapropriação das terras em torno dos grandes açudes públicos e às margens das rodovias e ferrovias.

Seis dias depois, as forças conservadoras promovem, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação que reúne cerca de 500 mil pessoas e simboliza a sustentação civil ao que estava por vir: a deposição do Presidente João Goulart pelos militares em 1º de abril de 1964.

No dia 2 de abril, Ranieri Mazzilli assume interinamente o governo e, no dia seguinte, com o poder de fato na mão dos militares, desencadeia-se em todo o País uma onda de prisões de líderes políticos, sindicais e camponeses, enquanto João Goulart se refugia no Uruguai. No dia 9, o Supremo Comando Revolucionário, formado pelo General Costa e Silva, o Vice-Almirante Augusto Rademaker e o Tenente-Brigadeiro Correia de Melo, decreta o Ato Institucional nº 1 (AI-1), permitindo a cassação de mandatos legislativos, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão e a punição dos integrantes da administração pública, além de determinar a eleição indireta do Presidente da República para um mandato até 31 de janeiro de 1966.

No dia seguinte, é divulgada a primeira lista dos atingidos pelo AI-1, à qual se seguiriam várias outras nos dias e meses seguintes, cerca de 3.500 pessoas entre deputados federais e estaduais, oficiais das Forças Armadas, lideranças políticas, funcionários públicos, dirigentes sindicais.

No dia 11, numa eleição de candidato único, o Congresso Nacional elege para a Presidência da República o Marechal Castelo Branco. O Vice-Presidente eleito é José Maria Alkmin, Deputado Federal (PSD) e Secretário de Finanças de
Minas Gerais.

Marechal Castelo Branco assume o poder em 15 de abril e três meses depois obtém do Congresso Nacional a prorrogação de seu mandato até 15 de março de 1967, adiando-se por um ano, para 3 de outubro de 1966, as eleições presidenciais. A ditadura militar foi oficialmente encerrada em abril de 1985, quando o presidente João Baptista Figueiredo passou o cargo a José Sarney, escolhido indiretamente como vice da chapa de Tancredo Neves, que morreu antes de assumir a Presidência.

O professor de Direito apontou que esse período foi "um regime de terror", que além de suprimir liberdades públicas e individuais, foi marcado por uma série de crimes e violações de direitos humanos, como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Deste modo concluímos que infelizmente, tentativas posteriores de se passar a limpo esse período da nossa história não se concretizou a fundo", lamenta Gentil, referindo-se à Comissão Nacional da Verdade, que funcionou entre 2011 e 2014, para investigar os crimes cometidos pelo Estado entre 1946 e 1988. A tentativa de responsabilizar criminalmente os agentes envolvidos nestes crimes esbarrou na Lei de Anistia promulgada em 1979, e cujo pedido de revisão foi negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A ditadura militar foi oficialmente encerrada em abril de 1985, quando o presidente João Baptista Figueiredo passou o cargo a José Sarney, escolhido indiretamente como vice da chapa de Tancredo Neves, que morreu antes de assumir a Presidência. O professor de Direito apontou que esse período foi "um regime de terror", que além de suprimir liberdades públicas e individuais, foi marcado por uma série de crimes e violações de direitos humanos, como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Infelizmente, tentativas posteriores de se passar a limpo esse período da nossa história não se concretizou a fundo", lamenta Gentil, referindo-se à Comissão Nacional da Verdade, que funcionou entre 2011 e 2014, para investigar os crimes cometidos pelo Estado entre 1946 e 1988. A tentativa de responsabilizar criminalmente os agentes envolvidos nestes crimes esbarrou na Lei de Anistia promulgada em 1979, e cujo pedido de revisão foi negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Como não houve a efetiva Justiça de transição, sem a devida punição desses praticantes desses bárbaros crimes que nos ator-

mentaram, a impunidade desses crimes de ontem, conduz a impunidade dos crimes de hoje e é o que a gente tá tentando evitar agora hoje", diz Maurício, referindo-se aos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023, quando militantes de extrema-direita atacaram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do STF, em Brasília.

Eles estão sob investigação da Polícia Federal, que já considera tais atos como parte de uma nova tentativa de golpe de estado. "Não ter sido feita a lição de casa anteriormente abre margem para que esse tipo de coisa ainda possa voltar acontecer. É por isso que nesse momento precisamos ter as lições de não ter feito essa lição e evitar que novas tentativas de aventura golpista ocorram em nosso país", concluiu.

As Mulheres na Ditadura

Os movimentos estudantis, que mostrou-se sempre como um espaço privilegiado para a formação de lideranças e arregimentação de quadros partidários, através do debate e da constante circulação de ideias – que constituem a própria essência da escola e universidade.

Neste sentido, os anos 60, mesmo após o golpe militar, foram anos de intensa contestação e rebeldia. As mulheres tornaram-se militantes por suas convicções políticas, entretanto, a militância representava uma mudança radical no modo de vida. A clandestinidade, o permanente risco de prisão e de tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e, mesmo, paixão.

Elas assumiram a condição de militantes das organizações de esquerda mais pela convicção política do que pelo fato de serem mulheres. As próprias organizações não faziam distinções, pelo menos em seu discurso. No entanto, no cotidiano da atividade política, poucas ocuparam postos de direção dos grupos.

Outro fato importante é que a condição feminina não tinha relevância nas questões debatidas, sendo inserida neste contexto apenas após os anos 70. (COLLING, 1997)

CONCLUSÃO

O movimento civil-militar que interrompeu a democracia e mergulhou o país em duas décadas de ditadura ao afirmarmos que o golpe de 1964 teve como protagonistas principais as facções duras das forças armadas e o empresariado nacional (através de seus partidos, entidades de classe e aparelhos ideológicos) com o decidido apoio e o incentivo da embaixada e de agências norte-americanas (Departamento de Estado, Pentágono e outras), não significa que devemos isentar os setores nacionalistas e de esquerda pelo dramático desfecho do processo político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. Carta do Congresso Nacional pela Anistia: Compromisso com a Anistia, Proposições políticas gerais, Programa mínimo de ação. Resoluções. São Paulo, novembro de 1978. (Fundo Comitê Brasileiro de Anistia/MG – Arquivo particular de Helena Greco).

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de. 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 153/DF. 2010. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: . Acesso em: 15 mar. 2024

BRASIL. Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da casa civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CARDOSO, Irene. Há uma herança de 1968 no Brasil? In: GARCIA, Marco. Aurélio; VIEIRA, Maria (Org.). Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p.135-142.

COMITÊ PAULISTA PELA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. Comitê

paulista questiona membros da Comissão da Verdade. Nota Oficial. São Paulo, 05 maio 2012. Disponível em: <http://www.leidoshomens.com.br/index.php/noticias/comite-paulista-questiona-membros-da-comissao-da-verdade/>. Acesso em: 17 out. 2013.

GEISEL, Ernesto. Discursos. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da Republica, 1975. v. 1.

GRECO, Heloisa Amélia. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. 2003. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte. Disponível em: . Acesso em: 13 mar. 2024.

GRECO, Heloisa Amélia. Memória vs. Esquecimento, Instituinte vs. Instituído: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. In: SILVA, Haike Roselane Kleber (Org.). A luta pela Anistia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Unicamp, 1996, p. 426.

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e história. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1992.

MÉTRAUX, Jean Claude. Le tampsdechiré. In: CALLOZ-TSCHOPP, Marie-Claire (Ed.). Hannah Arendt, la 'banalité du mal' comme mal politique. v.2. Paris: L'Harmattan, 1998. p. 105-197.

NEDER MEYER, Emilio Peluso. Ditadura e Responsabilização: elementos para uma Justiça de Transição no Brasil. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

PRESOS políticos do Rio de Janeiro (Frei Caneca). Dos presos políticos em greve de fome ao povo brasileiro. Rio de Janeiro, 22 de jul. 1979. Seguem 14 assinaturas. (Fundo Comitê Brasileiro de Anistia/MG – Arquivo Particular de Helena Greco).

TELES, Maria Amélia de Almeida; LISBOA, Suzana Keniger. A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça! In: Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012, p. 51-102. Disponível em: . Acesso em: 13 mar. 2024.